



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA TURMA**

**Processo nº** 10280.004913/2004-91  
**Recurso nº** 105-151.069 Voluntário  
**Matéria** IRPJ E OUTROS - MANDATO DE PROCEDIMENTO FISCAL  
**Acórdão nº** 01-06.028  
**Sessão de** 10 de novembro de 2008  
**Recorrente** Y WATANABE  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Exercício: 2000

Ementa: MANDATO DE PROCEDIMENTO FISCAL (MPF) - Irregularidades no MPF não tem o condão de causar nulidade no procedimento fiscal. No caso, mera falta de intimação de prorrogações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso voluntário e determinar o retorno dos autos a DRJ de Belém/PA para apreciar as demais questões impugnadas, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTÔNIO PRAGA  
Presidente

MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

Relator

Formalizado em: 31.11.2008

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros: Antonio Bezerra Neto (Substituto Convocado), Antonio Carlos Guidoni Filho, José Clóvis Alves, José Carlos Passuello, Marcos Vinicius Neder de Lima, Carlos Alberto Gonçalves Nunes, Karem Jureidini Dias e Alexandre Andrade Lima da Fonte Filho (Vice Presidente Substituto).

## Relatório

Trata – se de recurso voluntário a respeito da decisão da QUINTA CÂMARA que deu provimento ao recurso de ofício da DRJ/BEL que anulou o auto de infração por vício formal devido a irregularidades no Mandato de Procedimento Fiscal (MPF).

A recorrente em recurso voluntário discorre:

- a) sobre o princípio da legalidade tributária;
- b) Sobre os efeitos do descumprimento de Portaria;
- c) Alega que não houvera prorrogações no MPF, e assim, ele não estaria mais em vigor, além de só ser fixado para IRPJ;
- d) alega que a intimação deve ser feita por ciência no processo, por via postal, com aviso de recebimento, por telegrama etc.

Em anexo jurisprudência.



## Voto

Conselheiro MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO, Relator

Primeiramente, necessário esclarecer que o MPF é um instrumento administrativo que visa o cumprimento de aspectos de impessoalidade e imparcialidade inerentes às ações desenvolvidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dando ciência ao contribuinte do Auditor designado para desenvolver as atividades na empresa, o período a ser fiscalizado, o tributo a ser auditado, além de outras informações. Não tem tal documento o condão de tornar nulo a procedimento fiscal efetivado em conformidade com as disposições do Decreto nº 70.235/72 e da Lei nº 5.172/66 (CTN).

As questões discutidas aqui foram às prorrogações do MPF, no caso, tais prorrogações ocorreram, conforme fl. 03 dos autos. A recorrente alega que não teria sido intimada de tais prorrogações, contudo, primeiramente, informo que quando do início dos procedimentos fiscais a contribuinte recebe uma senha chamada de código do procedimento fiscal que serve para ele, somente ele o contribuinte acompanhar por meio do "site" da RFB, os procedimentos referentes ao MPF, sobretudo às prorrogações.

Quanto à intimação, das prorrogações, entendo não haver nenhum prejuízo ao contribuinte o fato de ele não ser intimado no momento das prorrogações, pois, o ato da contribuinte de sua defesa seria a impugnação que foi realizada sem nenhum prejuízo. De qualquer maneira diante do problema a DRF Belém/PA intimou a contribuinte da prorrogação do MPF nas fl. 489 do processo 10280.003970/2004-53 com reabertura de prazo para novas razões, assim, se houvesse alguma nulidade estaria sanada.

A propósito a única irregularidade que não poderia ser sanada seria a falta do MPF, pois, o Decreto nº 3.724, de 10 de janeiro de 2001, condiciona a instauração de procedimento fiscal à emissão de MPF. E como todos sabemos o regimento interno desta casa nos vincula a decreto.

Quanto às demais argumentações da recorrente. Entendo que não foi desobedecido o princípio da legalidade, muito pelo contrário, pois, o CTN e o Decreto nº 70.235/72 foram respeitados. No caso, não entendo descumpridas as determinações da Portaria citada, e se foram a destempo ficaram saneadas. De qualquer maneira, esta portaria não teria o condão de anular lançamento, e, ademais, nem legislação tributária na acepção do art. 100 do CTN seria.

Quanto a não ter no MPF outros tributos além do IRPJ, estar claro na fl. 01 que o MPF em questão inclui todos os tributos declarados e apurados de contribuinte, a chamada verificações obrigatórias, nos cinco anos anteriores à fiscalização.



Por todo o exposto, voto por negar provimento ao recurso. Que volte os autos para a DRJ/Bel para o julgamento do mérito.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2008.

  
MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

